

Carta Pública à Militância do PSOL e à Sociedade!

Contribuição ao Debate em geral e às Plenárias, Congressos Estaduais e Nacional do PSOL sobre a Auditoria da Dívida Pública, com participação cidadã.

Fazendo-se uma leitura das 12 Teses Completas inscritas ao 7º Congresso Nacional do PSOL, pela ordem em que foram divulgadas no site do partido, constata-se que as seguintes teses e correntes estão defendendo a auditoria da dívida pública: a terceira "Derrotar Bolsonaro e construir o PSOL para a Revolução Brasileira"(1º de Maio), a sétima "Por um PSOL de luta, radical e pela base", do Bloco da Esquerda Radical (Alternativa Socialista-AS, Corrente Socialista de Trabalhadoras e Trabalhadores-CST, Grupo de Ação Socialista-GAS, Liberdade e Revolução Popular-LRP, Luta Socialista-LS, PSOL pela Base, Socialismo ou Barbárie-SOB), a oitava "Por um PSOL popular e socialista enraizado na vida do povo" (Raiz Popular) e a nona "PSOL EM MOVIMENTO: socialista, independente e enraizado junto ao povo. Derrotar Bolsonaro e construir uma alternativa" (MES, TLS, Barulho, Construção pela base, Coletivo Direito para quem).

Ao mesmo tempo em que saúdo as correntes e militantes cujas teses defendem essa importante bandeira de luta e a todas as pessoas que lutam pela auditoria da dívida pública em seus países, solicito a todos/todas que fazem parte do PSOL a encamparem essa bandeira, que tem forte apelo e muitos/muitas militantes na base do partido; não só por sua importância, mas pela própria história do PSOL, que deu valiosa contribuição à sociedade brasileira ao encabeçar no Congresso Nacional, através do deputado federal Ivan Valente – PSOL/SP, a CPI da Dívida Pública, na Câmara dos Deputados em 2009/2010.

Com esse histórico e neste momento político, não podemos permitir que porta vozes da direita, incomodados e sem argumentos, tentem confundir a sociedade, atacando a Auditoria Cidadã da Dívida e citando dirigentes do nosso partido como fez recentemente como o jornal Estadão (https://auditoriacidada.org.br/grande-imprensa-neoliberal-se-desespera-com-o-grafico-de-pizza-da-auditoria-cidada-da-divida/?fbclid=IwAR2RAXxKLG4VEes7PIkeRJ32V8_thfKUh5r_MxWhdGQ5MVj2IMtF9jTv-d8).

O PSOL precisa reafirmar a sua posição favorável à Auditoria da Dívida Pública (interna e externa), com participação cidadã. Para tanto, além do que já está nas teses citadas, apresento a proposta de resolução a seguir e solicito que a aprovem, com ou sem alterações, nas plenárias e congressos do PSOL, de modo que a auditoria da dívida pública, com participação cidadã, tenha ampla aprovação no 7º Congresso Nacional do PSOL.

Lujan Maria Bacelar de Miranda

Coordenadora do Núcleo Capixaba da Auditoria Cidadã da Dívida

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Combater o sistema capitalista e realizar a Auditoria da Dívida Pública, com participação cidadã

Todas as teses completas inscritas ao 7º Congresso Nacional do PSOL, de um modo geral, fazem referência à crise do sistema capitalista e seus impactos sobre a população e o planeta, não só no Brasil, mas nas diversas partes do mundo. Falam, também, sobre as reações dos povos, especialmente em nosso continente, às políticas adotadas pelos capitalistas e pelos governos neoliberais para enfrentarem a crise.

A Constituição Federal, desde 1988, determina que “no prazo de um ano a contar da promulgação da Constituição, o Congresso Nacional promoverá, através de Comissão mista, exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro” (art. 26, do ADCT, da CF/88).

Essa auditoria nunca foi feita!

À época a dívida interna era praticamente inexistente. Hoje se aproxima dos 06 trilhões de reais e a diferença entre dívida interna e externa é só na teoria. Dívidas privadas foram transformadas em dívidas públicas, a partir de 1983, por exigência do Fundo Monetário Internacional-FMI. Dívidas prescritas, sem validade, foram tornadas legais. Até mesmo o conceito de dívida já não é o mesmo em se tratando da dívida pública. Transformaram a dívida pública em mero instrumento de desvio do dinheiro público para o setor financeiro, especialmente para os bancos, sem que a população ganhe nada com isso, a não ser a obrigação de pagar. É um verdadeiro “Sistema da Dívida”, como tão bem o definiu a coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida.

O Congresso aprovou a auditoria da dívida 03 vezes. A presidenta Dilma Rouseff vetou uma vez e o presidente Michel Temer vetou duas vezes e o congresso não derrubou nenhum veto.

Em setembro do ano 2000 a Campanha Jubileu Sul e diversas entidades realizaram em 3.444 municípios do Brasil o Plebiscito Popular da Dívida Externa, que contou com a participação de mais de 06 milhões de cidadãos e cidadãs. 95 por cento votaram NÃO à manutenção do Acordo com o FMI; NÃO à continuidade do pagamento da dívida externa sem a realização da auditoria prevista na Constituição Federal, e NÃO à destinação de grande parte dos recursos orçamentários aos especuladores.

Após esse plebiscito, em 2001, tiveram início as atividades da Auditoria Cidadã da Dívida (ACD), uma entidade sem fins lucrativos, coordenada por Maria Lucia Fattorelli.

Em agosto de 2009 foi instalada a CPI da Dívida Pública, encabeçada pelo PSOL, através do deputado federal Ivan Valente – PSOL/SP, com assessoria da Auditoria Cidadã da Dívida, para “Investigar a Dívida Pública da União, Estados e Municípios, o pagamento de juros da mesma, os beneficiários destes pagamentos, e o seu impacto nas políticas sociais e no desenvolvimento sustentável do país”. Constatou-se graves ilegalidades e ilegitimidades da dívida pública e a necessidade de realização da auditoria da dívida pública, para explicar “os aspectos fundamentais do endividamento público que não puderam ser desvendados pela atual CPI, dado o exíguo prazo de seu funcionamento e as diversas limitações impostas ao seu funcionamento”.

Analisando a realidade da população brasileira à luz da política econômica e do contexto internacional, vemos que a dívida pública ao longo da história, influencia diretamente a economia, as leis, os direitos trabalhistas, previdenciários, sociais, com fortes impactos sobre a vida das pessoas e sobre a União, os Estados e municípios.

E que há uma interferência direta do grande capital e dos países imperialistas.

Há décadas essa interferência se dá, especialmente através do FMI e do Banco Mundial, órgãos criados em 1944, na Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas (Conferência de Bretton Woods), organizada pelo BIS (Banco de Compensações Internacionais ou Banco de Pagamentos Internacionais). Esse banco foi criado em 1930, a partir das reflexões feitas após a crise da Bolsa de Nova York, em 1929.

Com essa crise surge o desejo de garantirem estabilidade financeira para as instituições financeiras; a supremacia sobre os países e a livre circulação de dinheiro entre as instituições financeiras.

O BIS (Banco Central dos Bancos Centrais) é formado por 192 bancos centrais; dos quais, 60 são donos (Bancos Centrais Associados) e 132 são Bancos Centrais Subordinados, ou seja, submissos às “regulamentações, supervisões, práticas e princípios” criados pelos donos.

O Banco Central do Brasil é um banco subordinado ao BIS. E esta é uma das razões pelas quais os banqueiros querem a autonomia legal do Banco Central, para que seus dirigentes não tenham que ser indicados pelo Executivo e suas leis não tenham que ser aprovadas pelo congresso. Em outras palavras, querem a subordinação total do Banco Central e da economia do país aos banqueiros.

Deste modo, tudo gira em torno dos interesses dos bancos. Não é só a economia! As reformas da previdência impostas nos diversos países foram determinadas pelo BIS.

A denominada mão invisível do mercado está cada vez mais escancarada! E vozes em todo o mundo têm questionado essa forma de endividamento público.

A Auditoria Cidadã da Dívida tem estado na vanguarda da luta contra o Sistema da Dívida, que nada mais é do que a forma como opera o Sistema Capitalista em todo o mundo. Wall Street não perdoa nem mesmo Porto Rico, colônia dos Estados Unidos, onde opera esquemas fraudulentos, como o que estourou nos Estados Unidos em 2008, atingiu a Europa e quebrou a Grécia em 2010 e estão querendo legalizar no Brasil (PLP 459, de 2017 e a PEC 438, de 2018). É

o esquema fraudulento de "securitização" de créditos, que prolifera que nem praga em diversos Estados e municípios brasileiros.

Vale ressaltar que se for aprovada a autonomia do Banco Central estarão legalizados, também, os esquemas de desvio do dinheiro da população, como a remuneração da sobra de caixa dos bancos, a jogatina com a elevação ou queda do dólar, a denominada swap cambial, securitização de créditos, dentre outros mecanismos de endividamento e desvio do dinheiro público.

É nesse contexto de crise estrutural do capitalismo e de ataques da direita à Auditoria Cidadã da Dívida por seu trabalho no Brasil e em diversas partes do mundo, como no Equador e na Grécia, que o papa Francisco convocou para março de 2020 um "encontro mundial de jovens economistas, empreendedores, doutorandos e pesquisadores" em Assis/Itália, para tratar sobre uma nova economia, que ele simbolicamente denominou "Economia de Francisco" numa referência a São Francisco de Assis, que "deixou a fortuna para abraçar a igualdade e a natureza".

O objetivo do papa é que se construa uma nova economia: "socialmente justa, economicamente viável, ambientalmente sustentável e eticamente responsável", o que só será possível com o questionamento ao sistema capitalista mundial (um sistema de destruição e morte) e aos seus mecanismos (Sistema da Dívida).

É nesse contexto, também, que o Partido Socialismo e Liberdade-PSOL reafirma sua luta contra o sistema capitalista e em defesa do socialismo! Sua luta pela auditoria da dívida pública (interna e externa), com participação cidadã; uma auditoria integral, que analise a legalidade, transparência, qualidade, eficácia, impactos econômicos, sociais, ecológicos e regionais; ou seja, que permita se conhecer a origem da dívida pública, quem se beneficiou com ela, quais os fatores que influenciaram em seu crescimento e onde foram aplicados os recursos, de modo que só sejam pagas dívidas constituídas e mantidas de forma legal e legítima ao longo do tempo.